

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

REGINA COELLI BATISTA DE MOURA CARVALHO

**IDADE E TRABALHO: UMA ARBORDAGEM SÓCIO- JURIDICA SOBRE A
LIMITAÇÃO DA FAIXA DE IDADE PARO TRABALHO NO BRASIL.**

**RECIFE
2003**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

REGINA COELLI BATISTA DE MOURA CARVALHO

Dissertação elaborada por REGINA COELLI BATISTA DE MOURA CARVALHO sob a orientação do Professor Doutor Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti, para a obtenção do grau de mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco.

IDADE E TRABALHO

Dissertação aprovada pelos membros da Banca Examinadora, para obtenção do título de Mestre em Direito Público, apresentada à Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Doutor Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti

Banca Examinadora

Doutor (Presidente)

Doutor *** (Examinador)

Doutor *** (Examinador)

Menção:

RECIFE, ** de ***** de 2003

Agradecimentos

Ao eminente professor orientador, Prof. Dr. IVO Cavalcanti, por aceitar o encargo e pela paciência demonstrada na leitura e correções deste trabalho.

Às pessoas fundamentais de minha vida: minha amada Thais, meus filhos Thiago, Fellipe e Luiza, a lembrança e o reconhecimento pelo estímulo e a resignação das ausências, pelo apoio nas traduções tão importantes para o desenvolvimento do tema.

À memória de meus pais, Honório de Oliveira e Julieta Cardoso de Oliveira, pelo exemplo diário, pelo investimento na formação, pela base de conhecimento que proporcionaram.

Aos amigos Masumi Ota Yida, Jorge Luis Lopes Manzur, Moacir Gonçalves da Rocha Castro, Edna Moreira de Lima Machado, Deocleciano Batista e Carlos Romualdo Mendonça Gardés, pela colaboração e pelo apoio inestimáveis.

RESUMO

As agências reguladoras, entes autárquicos com autonomia estendida, passaram a fazer parte de nosso dia-dia de forma crescente, tamanha a proliferação que têm experimentado, ocupando espaço nos mais variados setores da Administração Pública brasileira nos últimos seis anos. Tal circunstância traz uma questão de relevo, que diz respeito à independência desses entes reguladores, ao grau de autonomia necessário ao desempenho de suas atribuições. O presente estudo enfoca aspectos ligados de forma mediata ao instituto, como o fenômeno da globalização e a reforma do Estado, tendo por alvo o núcleo central do problema, que reside, de um lado, no fato de os modelos de regulação realizados no estrangeiro - com destaque ao norte-americano, principal paradigma das agências reguladoras nacionais - pressuporem o exercício da função reguladora com independência normativa e, de outro, nas limitações impostas pelo atual ordenamento jurídico brasileiro à normalização pela via administrativa. Para equacionar o problema, procura-se realçar os limites à competência normativa do Chefe Poder do Executivo, confrontada com a atribuída aos entes reguladores. Justifica-se em face de a atividade de produção normativa de cunho administrativo não ser realizada de forma exclusiva pelas agências, como no estrangeiro, havendo um exercício concorrente de tal competência entre as agências reguladoras e o Presidente. Conclui-se o trabalho descrevendo o perfil que se desenha para as agências reguladoras brasileiras, em razão das peculiaridades impostas pelo ordenamento jurídico nacional.

Palavras-chave: Administrativo; Agências Reguladoras; limites legais; independência normativa; função reguladora.

ABSTRACT

The regulatory agencies, autonomous government agencies possessing broadened administrative independence, have increasingly begun to take part into our day-to-day reality, due to the proliferation of such entities, present in various sectors of Brazilian's public administration over the past six years. Such circumstance brings along important matters related to the independence and to the level of autonomy needed for the developing of the agencies' role. The present work focuses indirect aspects, such as the globalization and the restructuring of the State, always bearing in mind this research's main goal, analyzing foreign concepts of regulation models that convey the idea that the regulatory function is related to rule-making independence – and here we bring the main example of such concept, the North American pattern being the main source of inspiration of our national regulatory agencies. Limitations imposed by Brazilian's legal system for administrative rule-making are also discussed. Revenue limits to rule-making either for the Executive Power's Chief and also for regulatory entities are highlighted as to provide a comparison between the main aspects of this research. Such analysis justifies saying that rule-making activity cannot be done exclusively by the agencies as it is in foreign countries. This research is concluded by the description of a profile of Brazilian's regulatory agencies, relating it to the peculiarities imposed by the national legal system.

Keywords: Administrative; Regulatory Agencies; legal limits; rule-making independence; regulatory function.